

PR. Mandato ainda divide governadores P4

AGÊNCIA ESTADO

Enquanto alguns governadores se mantêm intransigentes na defesa de mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, como é o caso de Waldir Pires, da Bahia, Miguel Arraes, de Pernambuco, e Wellington Moreira Franco, do Rio, outros são favoráveis aos cinco anos, como Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte. Outros ainda, talvez temendo perder as verbas federais, preferem não se manifestar claramente a respeito do tema, sob o argumento de que a definição do mandato presidencial é responsabilidade da Constituinte, devendo sua decisão, "livre e soberana", ser respeitada.

O governador pernambucano Miguel Arraes continua defendendo quatro anos para Sarney e o regime presidencialista, da mesma forma que prossegue contrário à convocação de eleições gerais este ano: "O único mandato que está em questão é o do presidente. Os outros estão legitimados pelo voto", argumenta, acrescentando que a Constituinte precisa definir rapidamente o mandato de Sarney e o regime de governo. Segundo ele, o Brasil, por sua geografia, que abrange regiões de características muito distintas, precisa da figura do presidente "para centralizar, unir". A seu ver, para equilibrar essa força centralizadora e evitar o autoritarismo, é preciso fortalecer o Congresso, os Estados e os municípios.

"É SUBVERSÃO"

Discordam da tese de Arraes os governadores da Paraíba, Tarcísio Burity, e do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo. Burity, que cumpre o segundo mandato como governador, disse que a "tentativa da Constituinte de reduzir a duração do mandato do presidente José Sarney é uma subversão". O governador, que só admite a redução de seis para cinco anos, afirma que a questão do mandato presidencial já estava definida na atual Constituição, que estabelece seis anos. E enfatiza: "Dizer que o presidente não tem legitimidade nem credibilidade é argumento de golpistas, pois a legitimidade provém da Constituição". Na opinião de Burity, caso a Constituinte se decida pela redução do mandato para quatro anos, devem ocorrer eleições gerais, e não só para presidente.

"Se a gente corre o risco de uma crise, é porque a questão do mandato do presidente não é de competência da Constituinte", afirmou em Natal o governador Geraldo Melo, que não vê razões para alterar sua posição — favorável a cinco anos para Sarney. "A Constituição que fixou o mandato do presidente é a mesma que fixou os mandatos dos governadores, senadores e deputados. Essa discussão é um capricho de natureza pessoal e não tenho por que me envolver em caprichos pessoais", explica.

GOLPE

"Os constituintes não têm legitimidade para alterar de imediato o sistema de governo e mudar as regras do jogo, reduzindo o mandato presidencial, sem antes ouvir o povo, pois isso só pode significar uma coisa — golpe de Estado." A declaração foi feita pelo governador Antônio Carlos Valadares, de Sergipe, o único do PFL. Embora defenda o mandato de cinco anos para o atual presidente da República, ele ressalva que se a Constituinte estabelecer quatro anos para Sarney "deverá também, por questão de coerência, convocar eleições diretas ainda este ano em todos os níveis".

Também o governador do Pará, Hélio Gueiros, disse que só admite a possibilidade de redução do mandato do presidente Sarney se forem convocadas eleições gerais, "para a renovação completa dos carros eleivos". Mas se mantém contrário à adoção do parlamentarismo, "que nada tem a ver com a tradição política do País".

Enquanto o governador baiano Waldir Pires se mantém firme na defesa de eleições presidenciais este ano e vê no sistema parlamentarista uma forma de dar maior estabilidade às instituições democráticas, e o governador Moreira Franco, do Rio, também de manifesta favorável ao mandato de quatro anos para Sarney, mas é contra o parlamentarismo. Os dois denunciam estar sofrendo retaliações do governo federal, que não libera verbas em razão de defenderem a redução do mandato.

Premido por um orçamento que depende, em larga escala, de verbas federais, o governador Flaviano Melo, do Acre, continua fiel à proposta de cinco anos de mandato para Sarney. Em Rio Branco ele afirmou ser favorável ao presidencialismo, embora não esconda certa simpatia pelo sistema parlamentarista. Já o governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, indagado sobre sua preferência em torno do mandato — de cinco ou de quatro anos — para Sarney, disse que deve ser "respeitada a decisão da Constituinte".

O governador Max Mauro, do Espírito Santo, tem demonstrado cautela, preferindo, publicamente, defender cinco anos para Sarney. Auxiliares do governo admitem que Max Mauro possa rever sua posição se continuar recebendo pouca ajuda do Planalto. Por sua vez, o governador gaúcho Pedro Simon disse continuar a favor do mandato presidencial de cinco anos, da mesma forma que o paranaense Alvaro Dias, que comentou ser inviável a realização de eleições presidenciais ainda este ano, "uma vez que é necessário antes completar o trabalho de reordenamento jurídico do País".

2 8 FEV 1988

ESTADO DE SAO PAUL